

16/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.154 MATO GROSSO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(s)	: JOSINO PEREIRA GUIMARÃES
IMPTE.(s)	: LUIZ FRANCISCO CAETANO LIMA
ADV.(A/S)	: ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES
ADV.(A/S)	: JOÃO HENRIQUE CAMPOS FONSECA
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INOCORRÊNCIA. CONEXÃO COM CRIMES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. ART. 81 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE APROFUNDADA DE FATOS E PROVAS EM SEDE DE HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA.

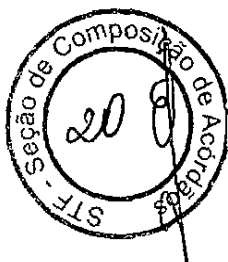
I – A competência para julgamento do feito foi fixada na Justiça Federal pois no curso das investigações, que serviram de base para o oferecimento da denúncia, surgiram fortes indícios de que o homicídio estava relacionado com o tráfico internacional de drogas.

II – O paciente foi, ainda, denunciado em outra ação penal pela prática dos delitos de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal supostamente relacionados ao tráfico internacional de drogas, o que reforçou a manutenção da competência da Justiça Federal.

III - Quando há crimes conexos de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento dos feitos compete a esta.

IV – A posterior extinção da punibilidade de um dos feitos e o reconhecimento da incompetência do outro, que também atraíram a competência da Justiça Federal não extingue a competência desta em razão da perpetuação de jurisdição, nos termos do art. 81 do CPP. Precedentes.

V - A discussão acerca da correta fixação da competência, bem como da existência de conexão em razão da ligação do homicídio com o crime de tráfico internacional de drogas ou de outro delito apto a justificar a



*Supremo Tribunal Federal***HC 100.154 / MT**

competência da Justiça Federal exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, em sede de *habeas corpus*, não se mostra possível, visto tratar-se de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de , que não admite dilação probatória.

VI - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 16 de novembro de 2010.

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

Supremo Tribunal Federal

16/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.154 MATO GROSSO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: JOSINO PEREIRA GUIMARÃES
IMPTE.(S)	: LUIZ FRANCISCO CAETANO LIMA
ADV.(A/S)	: ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES
ADV.(A/S)	: JOÃO HENRIQUE CAMPOS FONSECA
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O Sr. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI: Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado por Luiz Francisco Caetano de Lima e Luiz Carlos da Silva Lima em favor de JOSINO PEREIRA GUIMARÃES, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC 18.307/MT, Rel. Min. Hamilton Carvalhido.

Inferre-se dos autos que o paciente foi denunciado e pronunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, I e IV, combinado com o art. 29, ambos do Código Penal.

Os impetrantes afirmam que, inicialmente, arguiu-se a incompetência da Justiça Federal para processar o feito, o que foi indeferido pelo juízo de primeiro grau.

Inconformada, a defesa manejou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, posteriormente, outro no Superior Tribunal de Justiça, sendo denegada a ordem em ambas as impetrações.

É contra o acórdão da Corte Superior que ora se insurgem os impetrantes.

Supremo Tribunal Federal

HC 100.154 / MT

Sustentam, em síntese, que o paciente está sendo processado por juízo absolutamente incompetente ao fundamento de que não há qualquer justificativa para fixar-se a competência na Justiça Federal.

Alegam, ainda, que o caso resume-se na ocorrência de delito instantâneo praticado por brasileiros contra brasileiros no Paraguai.

Asseveram, mais, *"o simples fato do delito ter sido praticado no estrangeiro não tem o condão de afetar interesse da União"* (fl. 13).

Dizem, também, que não é caso de se aplicar o art. 109, V, da Constituição, porquanto a vítima adentrou no Paraguai espontaneamente e não houve preparação do crime no Brasil, sendo o delito praticado de modo instantâneo, integralmente no Paraguai.

Acrescem, ademais, que não há qualquer tratado ou convenção internacional que disponha ser o *"delito de homicídio comum, mesmo que sob a forma qualificada, um delito reprimido por tratado internacionalmente ratificado"* (fl. 13).

Aduzem, outrossim, que o paciente está sendo processado unicamente pelo crime de homicídio e não há conexão com a prática de qualquer outro delito que justifique a competência da Justiça Federal

Afirmam, em acréscimo, que não há falar em fixação da competência por continência em razão dos outros corréus já terem sido julgados pela Justiça Federal, pois a ação penal que estes responderam padece do mesmo vício de incompetência.

Requerem, ao final, o deferimento de medida liminar para que seja determinada a suspensão do processamento da ação penal até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pedem a concessão da ordem para que seja reconhecida a incompetência da Justiça Federal para julgamento

Supremo Tribunal Federal

HC 100.154 / MT

do feito.

Em 31/7/2009, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente desta Corte, no período de férias, deferiu a medida liminar pretendida para suspender da ação penal até o julgamento de mérito deste *habeas corpus* (fls. 107-111).

À fl. 137, solicitei informações e determinei que fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

As informações foram prestadas à fl. 145.

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 174-176).

É o relatório.

16/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.154 MATO GROSSO

VOTO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Eis a ementa do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. HOMICÍDIO CUJA EXECUÇÃO SE INICIOU NO BRASIL E O RESULTADO SE ULTIMOU NO EXTERIOR. PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. O crime cometido, no estrangeiro, contra brasileiro ou por brasileiro, é da competência da Justiça Brasileira e, nesta, da Justiça Federal, a teor da norma inserta no inciso IV do artigo 109 da Constituição Federal, por força dos princípios da personalidade e da defesa, que, ao lado do princípio da justiça universal, informam a extraterritorialidade da lei penal brasileira (Código Penal, artigo 7º, inciso II, alínea 'b', e parágrafo 3º) e são, em ratio, expressões da necessidade do Estado de proteger e tutelar, de modo especial, certos bens e interesses.

O atendimento dessa necessidade é, precisamente, o que produz o interesse da União, em detrimento do qual o crime cometido, no estrangeiro, contra ou por brasileiro é também praticado.

2. Por igual, compete à Justiça Federal julgar os crimes 'previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente' (Constituição Federal, artigo 109, inciso V).

3. Julgados já os executores do homicídio, a competência para o julgamento do mandante, quando questionada isoladamente, resta insulada no tema da continência.

4. *Ordem denegada*" (fl. 82).

HC 100.154 / MT

Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

Colho dos autos que o paciente é acusado de ter participado do crime de homicídio junto com outros dois comparsas, cuja denúncia narra que

“(...) por volta das 02:00 horas da madrugada do dia 07 de setembro de 1999, em uma estrada de terra que liga as cidades de Concepción e Loreto, ambas localizadas no Paraguai, os denunciados BEATRIZ ARIAS PANIAGUA e MARCOS PERALTA ARIAS, com vontade livre e consciente, unidos pelo mesmo fim, qual seja, matar a vítima, desferiram dois disparos de arma de fogo na cabeça do Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso, LEOPOLDINO MARQUES DO AMARAL, levando-o à morte, bem como que, não contentes apenas com a prática do hediondo crime, ainda atearam fogo ao corpo já sem vida, destruindo-o parcialmente” (fl. 21).

Com efeito, verifico que a competência para julgamento do feito foi fixada na Justiça Federal, pois, no curso das investigações, que serviram de base para o oferecimento da denúncia, surgiram fortes indícios de que o homicídio estava relacionado com o tráfico internacional de drogas.

Por oportuno, transcrevo trechos da denúncia que descrevem o depoimento de testemunhas:

“Verte do procedimento administrativo penal epigrafado, e que dá sustentação a esta peça, que no dia 07 de setembro de 1999, o nacional LEOPOLDINO MARQUES DO AMARAL foi encontrado morto no Paraguai, mais precisamente em uma vala ao lado de uma estrada de terra batida que liga as cidades de Loreto e Concepcion, atingido na cabeça por dois disparos de arma de fogo, ao que consta calibre 38, e ainda com o corpo parcialmente carbonizado.

Iniciadas as investigações para desvendar as circunstâncias

HC 100.154 / MT

que envolveram a hedionda empresa ilícita, foi instaurado o inquérito policial 315/99, que deu sustentação à ação penal nº 1999.36.00.009550-5, proposta pelo Federal em desfavor de BEATRIZ ARIAS PANIAGUA e de MARCOS PERALTA, indicados que foram como os executores do homicídio.

Em razão da existência de indícios que apontavam a participação de outras pessoas no grave crime, o titular constitucional da ação penal requisitou a instauração de um novo inquérito policial federal, e, via de consequência, que as investigações tivessem continuidade, tudo com a intenção de alcançar a verdade real.

Com efeito, ofertada denúncia contra ARIAS, conforme acima falado, por ocasião do seu interrogatório judicial, cuja cópia encontra-se encartada às fls. 74, esta trouxe luzes que puderam reforçar os indícios que desde o início das investigações recaíam sobre o denunciado GUIMARÃES, elevando-o à categoria de partícipe do crime de homicídio.

Deveras, revelou BEATRIZ ARIAS que durante o trajeto desta Capital para o Paraguai, quando se encontrava em companhia do seu tio e comparsa MARCOS PERALTA, bem como da vítima LEOPOLDINO DO AMARAL, este último lhe teria revelado que vinha sendo constantemente ameaçado de morte pelo demandado JOSINO GUIMARÃES, isso em razão do Juiz de Direito tê-lo denunciado pela imprensa local e nacional como sendo um dos ‘corretores de sentenças’ do Tribunal de Justiça desta Unidade Federada.

Sem qualquer reboço, assim esclareceu BEATRIZ ARIAS no seu referido interrogatório:

*‘(...) Que o Juiz disse a interroganda que estava sendo ameaçado por pessoas a mando de Josino, um dos denunciados por compra e venda de decisões do Tribunal’
(...)*

Na mesma direção foi o depoimento de ARIAS perante a autoridade policial (fls. 90/91), onde novamente volta a fazer menção às ameaças que o Juiz de Direito vinha sofrendo:

HC 100.154 / MT

' (...) que o Juiz LEOPOLDINO tinha pessoas de sua confiança do outro lado; QUE os documentos que iria buscar no Paraguai eram provas do envolvimento dos Desembargadores ODILES, BERTIM, VANDIR CLAIT e um outro do qual não se recorda agora o nome; QUE as provas contidas na pasta verde, conforme ele mesmo dissera, era uma verdadeira bomba atômica; QUE ali estavam provas sobre o envolvimento dos Desembargadores citados com os traficantes de Cáceres, de Várzea Grande e Cuiabá; (...)'

(...)" (trechos da Denúncia – fls. 32-41 – grifos meus).

Nessa linha, destaco os seguintes trechos da decisão do juízo de primeiro grau que reconheceu a competência da Justiça Federal:

"Quanto à incompetência do juízo, tenho que esta questão restará efetivamente dirimida ao final da instrução, quando todos os fatos restarão esclarecidos.

Muito embora assim seja, por ocasião de informações prestadas em habeas corpus impetrado pelo acusado, assentei a competência da Justiça Federal, conforme razões que aduzi:

'Por fim, o impetrante-paciente argúi preliminar de incompetência do juízo ante a falta de interesse da União.

A competência da Justiça Federal está assegurada por força do art. 109, V, da CF, in verbis:

(...)

Acerca do tema, precedentes do STF, dentre eles:

'CONFLITO DE JURISDIÇÃO. ENTORPECENTE (MACONHA). A AÇÃO DELITUOSA RESTRITA AO ÂMBITO NACIONAL DEVE SER JULGADA PELA JUSTIÇA LOCAL. A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA JULGAMENTO DOS CRIMES PREVISTOS EM

HC 100.154 / MT

TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL VERIFICA-SE NOS CASOS EM QUE HOUVER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE OS AGENTES DO CRIME, OU QUANDO ESTE SE ESTENDA, NA SUA PRÁTICA E NOS SEUS EFEITOS A MAIS DE UM PAÍS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 119, V, DA CONSTITUIÇÃO. CONFLITO DE JURISDIÇÃO JULGADO PROCEDENTE PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL' (CJ 4067/GB, Tribunal Pleno).

O Brasil e o Paraguai, onde o corpo da vítima foi encontrado, celebraram um acordo de cooperação para 'combater todos os delitos e atividades conexas com o uso indevido e com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas' (g.n.) (Dec.Leg.N. 239/91 e Dec. N. 441/92).

A vítima, o juiz assassinado, investigava o envolvimento do Tribunal de Justiça do Estado em atos de corrupção e favorecimento de narcotraficantes.

Após ir à cidade de Cáceres-MT, divisa com a Colômbia, com o objetivo de buscar provas, seguiu para o Paraguai, na companhia de Beatriz Árias Paniagua e seu tio Marcos Paniagua, os quais já respondem a processo criminal pelo homicídio do magistrado nesta Justiça Federal.

O Juiz teria sido atraído para dentro daquele País, onde veio a perder a vida. Segundo depoimento de Jorge Meres, as denúncias do magistrado poderiam trazer prejuízos ao narcotráfico, motivo pelo qual teria sido morto.

Neste contexto, aparece o impetrante-paciente, segundo acusações do magistrado, responsável pela negociação de decisões perante o Tribunal de Justiça, e, segundo o Sargento Jesus, quem lhe teria procurado para ceifar a vida do magistrado.

HC 100.154 / MT

Esses são os fatos que estão sendo apurados e que por ora tem justificado a competência da Justiça Federal'

Isto posto, reconheço a Justiça Federal como competente para o processo" (fls. 61-63 – grifos meus)

Destaco, ainda, trechos do voto condutor proferido no writ impetrado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que bem esclarecem os fatos:

"Ante a existência de interesse da União, indubitosa a competência da justiça federal para decretar prisão preventiva de suposto autor de homicídio doloso conexo com tráfico internacional de entorpecentes. Como asseverou o douto parecer do Ministério Público:

'Não prevalece a alegada incompetência da Justiça Federal para decretar a prisão do paciente.

Aliás, no que respeita a tal aspecto, a impetração repete pedido formulado nos autos do HC nº 2000.01.00.050242-5/MT, manejado contra a prisão temporária que precedeu a custódia preventiva em apreço, ocasião em que, no particular, assim se pronunciou este representante ministerial, vejamos:

'Não se confirma a alegada incompetência da Justiça Federal para decretar a prisão do paciente.

Na verdade, existem fortíssimos indícios de que o assassinato do Juiz Estadual Leopoldino foi motivada pelo fato de que este iria denunciar o envolvimento do Poder Judiciário Estadual com o tráfico internacional de entorpecentes, conexão que justifica o interesse da União no crime em tela.

Por outro lado, considerando que o resultado morte ocorreu em território paraguaio, incide a regra do artigo 109, V, da CF/88, que dispõe:

HC 100.154 / MT

(…)

Confirma a incidência de tal dispositivo o fato de Brasil e Paraguai manterem acordo de cooperação recíproca para o combate de todos os tipos delitivos, e atividades conexas, relacionadas com o uso indevido e com tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas. (Decreto Legislativo nº 239/91 e Decreto nº 441/92).

(…)

Na verdade, o juízo de certeza necessário à configuração da conexidade de causas não precisa, necessariamente, ser absoluto, mesmo porque não gera consequências de ordem material, mas apenas processuais, na hipótese justificando a competência da Justiça Federal.

In casu, as fundadas suspeitas de conexão entre o assassinato do Juiz Leopoldino Marques do Amaral e o tráfico internacional de entorpecentes foi reforçada pelo teor do depoimento prestado em 11/05/00 pela testemunha José Neres de Almeida perante a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, quando afirmou textualmente que Josino Pereira Guimarães é um contato forte do conhecido traficante Fernandino Beira-Mar, e, ainda, que a morte do Juiz teria se dado a pedido de um traficante colombiano no ensejo de impedir que a vítima denunciasse o envolvimento do Poder Judiciário Estadual com o narcotráfico. (vinde fls. 253/254)'

Com os mesmos argumentos, que, por plausíveis, adoto, afasto a preliminar de incompetência" (fls. 55-56 – Trecho do voto condutor do writ impetrado no TRF da 2ª Região – grifos meus).

Ressalte-se, também, que durante as investigações surgiram indícios da prática de outros crimes pelo paciente, envolvendo organização

HC 100.154 / MT

criminosa que realizava “venda” de decisões judiciais, que resultaram no oferecimento de denúncia pelo cometimento dos delitos de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal que também foram processados na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, o que reforçou a manutenção da competência da Justiça Federal para o processamento da ação penal contra o paciente em relação à prática do homicídio.

Desse modo, entendo que a competência da Justiça Federal, para inicialmente, processar o crime de homicídio encontra-se devidamente justificada pela convicção formada naquele momento processual em razão da conexão com supostos crimes de tráfico internacional de drogas. A denúncia apresentou reais indícios que legitimam o prosseguimento da ação penal na Justiça Federal.

Destaco, ainda, que o fato de o juízo de primeiro grau, posteriormente, ter reconhecido em sentença a incompetência da Justiça Federal para o julgamento do crime de lavagem de dinheiro e decretado a extinção da punibilidade no delito de sonegação fiscal não afasta o julgamento pela Justiça Federal do processo remanescente em razão da perpetuação de jurisdição, nos termos do art. 81 do Código de Processo Penal¹

Nesse sentido é o entendimento desta Corte:

“EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIMES DE EXTORSÃO, CÁRCERE PRIVADO, QUADRILHA E CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (ART. 16 DA LEI Nº 7.492/86). SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA APÓS IMPETRAÇÃO DO WRIT. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. (...) 4. A

¹ Art. 81. Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará competente em relação aos demais processos.

HC 100.154 / MT

absolvição do acusado quanto ao crime que atraiu a competência da justiça federal não gera a nulidade do processo, tampouco extingue a competência da jurisdição penal da União. Incidência do art. 81 do CPP. Denegação da ordem” (HC 83.266/MT, Red. p/ acórdão Min. Joaquim Barbosa – grifos meus).

Em idêntico sentido: HC 67.874/GO, Rel. Min. Célio Borja.

Nessa mesma linha, cito a doutrina de Guilherme de Souza Nucci:

“(...) é possível que vários processos sejam reunidos em virtude da conexão ou continência, mas, ao julgar o feito, conclua-se pela incompetência do juízo que exerceu a força atrativa, seja porque houve absolvição no tocante à infração que atraiu a competência, seja porque ocorreu a desclassificação para outra, que não seria originalmente desse magistrado. A essa altura, colhida a prova toda, não tem mais cabimento devolver o conhecimento do processo a juízo diverso”².

Ademais, tenho que a discussão acerca da correta fixação da competência, bem como da existência de conexão em razão da ligação do homicídio com o crime de tráfico internacional de drogas ou de outro delito apto a justificar a competência da Justiça Federal exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, em sede de *habeas corpus*, não se mostra possível, visto tratar-se de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória.

Nessa esteira, destaco trecho do parecer do Ministério Público Federal:

“O assassinato da vítima, que era juiz de direito no Estado de Mato Grosso, insere-se em contexto mais amplo, e muito noticiado na época, de um esquema de acobertamento do tráfico internacional de

2 NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 246.

HC 100.154 / MT

entorpecentes, com venda de decisões judiciais para o crime organizado internacional e lavagem de dinheiro. A avaliação de todo esse quadro demanda necessária a incursão sobre intrincada matéria de fato, o que evidencia a inadequação da via restrita do habeas corpus para o exame da inexistência de conexão entre o homicídio e os outros crimes, especialmente o tráfico internacional de entorpecentes" (fl. 176).

Ante esse quadro, denego a ordem, revogando, por conseguinte, a medida liminar anteriormente concedida.

16/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.154 MATO GROSSO**V O T O**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, vou pedir vênua para seguir o eminente Relator, exatamente em razão das passagens que Vossa Excelência afirmou, extraídas dos autos, e que não permitem que se reavalie esse quadro de maneira diferenciada.

Convencem-me as razões do nobre Relator, motivo pela qual eu o acompanho.

###

Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármem Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

16/11/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.154 MATO GROSSO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, estamos discutindo a competência a partir da Lei Maior. Tenho ressaltado que normas processuais comuns relativas à conexão ou à continência, sob pena de nossa Carta da República não ser uma Carta rígida, não alteram a competência nela fixada.

A competência é definida pela ação realmente proposta. A ação penal proposta diz respeito a crime de homicídio, que teria sido praticado, teria tido início, teria sido consumado em território estrangeiro, no Paraguai. Dir-se-á que se teria como pano de fundo – e o pano de fundo não compõe a imputação formalizada no processo-crime pelo Ministério Público – o tráfico internacional de drogas. Chego até mesmo a ficar perplexo, considerado o fato de a vítima ser, no caso, um juiz de direito, e não um juiz federal. Viria ele, de certa forma, visando denunciar – e não reconheço essa figura ao magistrado –, acompanhando práticas alusivas ao tráfico? Se vinha acompanhando, o fazia fora do campo das respectivas atribuições, já que, repito, tinha qualificação não de juiz federal, mas de juiz de direito.

De qualquer forma, o processo em andamento contra o paciente encerra imputação única, como ressaltado da tribuna. Isso é estreme de dúvidas. Encerra a imputação de um homicídio praticado contra o cidadão juiz de direito, juiz estadual. É possível, nesse contexto, ter-se a definição da competência da Justiça Federal pelo inciso IV do artigo 109 da Constituição Federal, a revelar que:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

HC 100.154 / MT

A resposta é desenganadamente negativa. A imputação é de homicídio de um cidadão que tinha qualificação de juiz de direito, mas que não atuava no campo próprio aos interesses da União, sequer atuava em processos passíveis de serem enquadrados como da competência da Justiça Federal. Também não é adequado o inciso V do artigo 109 da Constituição Federal, no que revela competir aos juízes federais processar e julgar:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

Aqui se trata, como foi ressaltado da tribuna pelo doutor Nabor Bulhões, de um crime que está previsto em todos os códigos penais dos países, ou seja, crime de homicídio, mas requer ainda o inciso V que o crime tenha tido a execução iniciada no território brasileiro.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE e RELATOR) - Vossa Excelência me permite apenas um esclarecimento de fato? Interessantemente os dois executores, portanto, comparsas do paciente, foram julgados e condenados pela Justiça Federal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Pois é, mas Presidente, aprendi desde cedo que um equívoco não justifica outro. Um possível erro de procedimento quanto ao julgamento, pela Justiça Federal, dos executores não estaria a selar a competência da Justiça Federal para julgar o mandante, já que não se tem essa forma de definição da competência por uma erronia quanto a um processo anterior de corréus no artigo 109 da Constituição Federal. E tanto vulnera a lei aquele que exclui do campo de aplicação situação jurídica contemplada, como o que inclui situação jurídica que não está prevista. Mas o inciso V requer, de qualquer forma – e não vejo como se possa dizer que esse homicídio contra um juiz de direito e não um juiz federal teria sido praticado com envolvimento de

HC 100.154 / MT

interesse da União –, que a execução tenha sido iniciada no território brasileiro, princípio da territorialidade. Pouco importando que o resultado haja ocorrido no estrangeiro ou reciprocamente.

Vinga, Presidente, ainda entre nós, o princípio da territorialidade. E da mesma forma que defendemos a jurisdição nacional, devemos preservar a jurisdição dos países irmãos, é uma regra de convivência internacional. Não posso potencializar o que seria, no caso – e não consta da denúncia, a meu ver, esse aspecto, e o réu se defende –, o interesse dos narcotraficantes internacionais na morte da vítima.

Por isso, Presidente, peço vênica – a maioria está formada, mas o meu convencimento se sobrepõe a essa óptica – a Vossa Excelência, ao Ministro Dias Toffoli e à Ministra Cármen Lúcia para entender que o homicídio teve início – em termos de execução, e esse início não pode ser considerado como estampado na simples viagem do juiz ao exterior – e término em território estrangeiro, não se podendo, portanto, conceber a competência do Judiciário nacional.

Concedo a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 100.154

PROCED.: MATO GROSSO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S): JOSINO PEREIRA GUIMARÃES

IMPTE.(S): LUIZ FRANCISCO CAETANO LIMA

ADV.(A/S): ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES

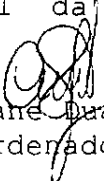
ADV.(A/S): JOÃO HENRIQUE CAMPOS FONSECA

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram: o Dr. Nabor Bulhões, pelo paciente, e o Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas, Subprocurador-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 16.11.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.
Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.


Fabiane Duarte
Coordenadora